

Veto parcial de Lula agrada ambientalistas

Mas pode desagradar ruralistas. Planalto evitou veto total

Por Karoline Cavalcante

Diante dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Projeto de Lei nº 2.159/2021, que institui a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental, o gesto do Palácio do Planalto foi celebrado publicamente por ambientalistas, mas, nos bastidores, não gerou satisfação plena. O ato de não barrar o projeto em sua integralidade decepcionou parte do movimento ambiental. Ainda assim, críticas mais contundentes vêm sendo estrategicamente contidas — primeiro, por uma percepção de que a decisão do governo Lula representa, dentro do espectro político possível, o máximo que o Brasil pode alcançar em matéria ambiental. Depois, para preservar a imagem de força e autoridade da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

A movimentação do governo, embora sinalize alguma disposição de diálogo com a área ambiental, também evidencia os limites práticos impostos pela correlação de forças no Congresso Nacional e pela necessidade de avançar com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e outras agendas de infraestrutura.

Após análise técnica e jurídica, o Planalto barrou, na última sexta-feira (8), 63 dos 400 dispositivos do texto original aprovado pelo Congresso em 17 de julho. As alterações foram justificadas pelo governo como uma tentativa de preservar o equilíbrio entre agilidade nos processos, segurança jurídica e proteção ambiental. Para isso, o chefe do Executivo também editou uma medida provisória, que garante aplicação



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Vetos parciais para atender ambientalistas sem afrontar o Congresso

imediate da Licença Ambiental Especial (LAE), e anunciou o envio de um novo projeto de lei com urgência constitucional, prometendo ajustar pontos considerados críticos.

LAC

O veto à aplicação da Licença por Adesão e Compromisso (LAC) a empreendimentos de médio impacto, assim como à dispensa do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de licenciamento, teve como objetivo sinalizar compromisso ambiental. No entanto, foi evitado o veto total, que traria desgaste com a base aliada no Congresso e poderia travar iniciativas de infraestrutura prioritárias.

A LAC, por exemplo, segue válida apenas para empreendimentos de baixo impacto, como previa o modelo anterior. Mesmo assim, integrantes da base governista apontam que o Planalto não irá se empenhar para manter esse veto, já que há interesse direto em destravar obras estratégicas.

Outros pontos

Nos bastidores, a Medida Provisória que institui a LAC também é vista como um aceno direto ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). A leitura é de que a MP atende interesses relacionados à exploração de petróleo na bacia da Foz do Amazonas. “Eu sinceramente acho que, com a MP, eles atenderam os maiores interesses do Davi Alcolumbre com a pesquisa de petróleo e eventual exploração na bacia da Foz do Amazonas. Além disso, é óbvio, que a entrega dos cargos nas agências reguladoras para a negociação dele também fortalece essa relação. Então creio que ele satisfeito, ajuda segurar uma sessão de vetos até o governo ter armas para negociar a manutenção de alguns”, afirmou uma fonte ligada à articulação política.

A ministra Marina Silva defendeu as medidas adotadas, reforçando que o processo de licenciamento continua

sendo uma ferramenta essencial para que o Brasil cumpra suas metas climáticas. “O processo de licenciamento continua sendo uma ferramenta essencial para atingir nossas metas ambientais”, afirmou. Ela também destacou que os vetos estão alinhados aos compromissos assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris, como a meta de desmatamento zero e a redução de emissões de gases de efeito estufa entre 59% e 67%.

Manutenção dos vetos

Para o cientista político e diretor-adjunto do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), Marcos Woortman, a resposta do governo é de grande relevância, mas ainda depende de como se dará a recomposição do texto. “A sociedade civil acompanhará atentamente o processo, analisando tecnicamente cada ponto e atuando no Congresso Nacional”.

Governo apresentará plano de contingência contra tarifaço

Por Gabriela Gallo

O plano de contingência do governo federal para amenizar os efeitos das tarifas de 50% impostas pelo presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (Republicano), a produtos brasileiros deve ser divulgado pela equipe econômica até esta terça-feira (12).

De acordo com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), o foco do plano é proteger empregos e ajudar os setores mais afetados com as novas taxas norte-americanas — como frutas, verduras, cacau, açúcar e pescados.

De acordo com Alckmin, será criado um parâmetro para avaliar os efeitos das tarifas sobre cada setor da economia com base no grau de exportações para os Estados Unidos.

“Há setores em que mais de 90% [da produção] vai para o mercado interno, com exportações de 5%, no máximo 10%. E tem setores em que metade do que se produz é para exportar. E tem setores que exportam mais da metade para os Estados Unidos. Então, foram muito expostos, estão muito expostos”, afirmou Alckmin.

Outras alternativas para o plano são aberturas de linhas de crédito e compras governamentais de setores alimentícios mais afetados.

As medidas tiveram o aval do presidente Luiz Inácio Lula



Valter Campanato/Agência Brasil

Haddad apresenta plano de contingência

da Silva (PT), da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que estão elaborando notas técnicas para a implementação das propostas de contingência.

Nesta quarta-feira (13) está agendada uma reunião virtual entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, para tratar do tarifaço.

Dependendo de como se desencadeará o encontro, há a possibilidade de se agendar uma reunião presencial para tentar aprofundar mais, assim, a negociação.

Congresso

No Congresso Nacional, a Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados realizará nesta terça-feira (12), uma audiência pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição que cria o Sistema Único de Segurança Pública (PEC 18/2025). A PEC da Segurança Pública foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara em 15 de julho e, antes de seguir para o plenário da Casa, será debatida em uma comissão especial para tratar do tema — que ainda precisa ser instalada pelo presidente da Câmara, Hugo Motta

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Advogado vê dificuldades para aprovação de PEC

Para Kakay, tempo dificulta benefício a Bolsonaro

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, afirma que o tempo necessário para a aprovação de uma mudança constitucional dificulta muito a possibilidade de Jair Bolsonaro ser beneficiado pelo eventual fim do foro privilegiado. A votação imediata da mudança foi uma das exigências de parlamentares bolsonaristas para interromper o motim repre-

sentado pela ocupação das mesas diretoras da Câmara e do Senado. O caso de Bolsonaro só está no Supremo Tribunal Federal porque um dos réus é o deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), que tem prerrogativa de foro. Se esta medida — antes, vista como privilégio — cair, haveria a possibilidade de todo o processo ir para a primeira instância, e ser reiniciado.

Prazo

Um dos principais criminalistas do país, Kakay frisa que, depois de amanhã, termina o prazo para que advogados de Bolsonaro e de outros réus entreguem as alegações finais. A partir disso, o relator do caso, Alexandre de Moraes, pode pedir data para o julgamento.

Definição

O advogado ressalva que caberia à PEC definir até que momento do processo haveria a possibilidade de se efetuar a mudança de foro. Em 2018, ao alterar essas normas, o STF determinou que a troca de instância só poderia ocorrer até a entrega das alegações finais.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Álvaro Dias, então senador, é autor da PEC

Congresso já aprovou emenda em poucas horas

Outra possibilidade é o próprio STF definir os parâmetros de aplicação do fim do foro especial. Para ser aprovada, uma PEC precisa da concordância de três quintos de cada Casa, mas o Congresso já demonstrou ser capaz de apressar os ritos. Em 2024, Câmara e Senado levaram poucas horas para, em dois turnos,

aprovar a PEC de corte de gastos proposta pelo governo. Apresentada em 2017 pelo então senador Álvaro Dias, a PEC 333 não prevê uma linha de corte para os processos em curso; impede a criação foro por prerrogativa de função e restringe as autoridades que serão julgadas em tribunais superiores.

Elogio e crítica

Coordenadora de Políticas Públicas do Observatório do Clima, a urbanista e advogada Suely Araújo elogia e ao mesmo tempo critica medidas tomadas pelo governo em relação à legislação ambiental aprovada pelo Congresso, e apelidada de PL da Devastação.

Normas locais

Projetos de médio porte incluem, por exemplo, barragens como as que romperam em Minas Gerais. Suely também destaca o fim da possibilidade de estados e municípios estabelecerem normas de licenciamento independentemente de legislação federal.

Vetos

Os aplausos vão para o veto de 63 dos 398 dispositivos da proposta, um número que considera muito relevante. Entre os pontos vetados está a possibilidade de autolicensing para projetos de médio porte, uma concessão barrada, em outros casos, pelo STF.

Recurso ao STF

Ela não descarta ir ao STF para tentar impedir o que diz ser o maior problema do pacote: a manutenção da Licença Ambiental Especial, que define prazo de um ano para aprovação de projetos estratégicos. Para Suely, pode haver prioridade, mas não prazo tão curto.